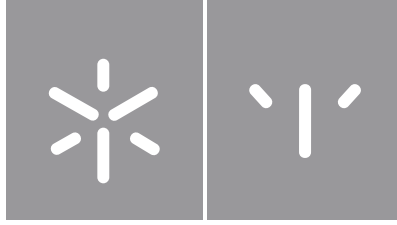




Universidade do Minho
Escola de Psicologia

João Pedro Magalhães Gomes

O Efeito da Modalidade da Resposta à
Entrevista Autoadministrada na
Memória de Testemunhas



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

João Pedro Magalhães Gomes

**O Efeito da Modalidade da Resposta à
Entrevista Autoadministrada na
Memória de Testemunhas**

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Pedro B. Albuquerque
(Universidade do Minho)
e do
Professor Doutor Rui M. Paulo
(Bath Spa University)

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

João Pedro Magalhães Gomes

(João Pedro Magalhães Gomes)

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Pedro Albuquerque por todo o conhecimento que me transmitiu, pela influência e inspiração no meu percurso académico. Pela disponibilidade, rigor, orientação e admirável espírito crítico, que me servirão sempre de exemplo no meu percurso de vida pessoal e profissional.

Ao Professor Doutor Rui Paulo pela orientação, olhar crítico, disponibilidade e por me desafiar a refletir e a pensar sempre mais além. Pelos conhecimentos que me transmitiu que, sem dúvida, reforçaram a minha paixão por esta área.

Ao Grupo de Investigação em Memória Humana da Universidade do Minho pelo dinamismo exemplar e pelo espírito crítico e de entreajuda que tão bem caracteriza o Grupo.

À Delfina pelo auxílio ao longo deste último ano, especialmente nas recolhas e codificações e a todos os participantes pela disponibilidade em colaborar nesta investigação.

À minha família, em especial aos meus pais e irmã, pela oportunidade e apoio incondicional e aos meus tios e primos por tão bem me terem recebido não só em Braga, mas em casa, facilitando consideravelmente este percurso.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos e colegas que, de uma forma ou de outra, me acompanharam e contribuíram não só ao longo deste último ano, como também ao longo de todo o meu percurso académico.

A todos, o meu obrigado!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

João Pedro Magalhães Gomes

(João Pedro Magalhães Gomes)

O Efeito da Modalidade da Resposta à Entrevista Autoadministrada na Memória de Testemunhas

Resumo

A Entrevista Autoadministrada (EA) é uma ferramenta de recordação autoadministrada concebida para obter informações iniciais e precisas de testemunhas. No entanto, requer uma resposta escrita, que poderá ter desvantagens comparativamente a uma resposta oral. O presente estudo investigou o efeito da modalidade da resposta à EA na quantidade e precisão da informação relatada por testemunhas, bem como o efeito da realização da EA na suscetibilidade à informação pós-evento enganosa. Os participantes viram um vídeo de um crime e, 30 minutos depois, responderam à EA na modalidade escrita, oral ou não responderam. Quatro dias depois, os participantes foram expostos a informação pós-evento enganosa através de uma notícia. Três dias depois, realizaram um relato livre e um teste de reconhecimento acerca do vídeo. Na evocação inicial, ambas as modalidades foram equiparáveis na precisão e quantidade de informação corretamente evocada, embora a modalidade oral tenha exigido menos tempo. Uma semana depois, os participantes que realizaram previamente a EA relataram mais informação correta, sem comprometer a elevada precisão. Contudo, a realização da EA não reduziu a suscetibilidade à informação pós-evento enganosa. Os resultados sugerem que uma evocação oral através da EA poderá ser uma alternativa viável à evocação escrita, tendo diversas implicações práticas.

Palavras-chave: Entrevista Autoadministrada, informação pós-evento, memória de testemunhas, modalidade da resposta

The Effect of Self-Administered Interview's Response Modality on Eyewitness Memory

Abstract

The Self-Administered Interview (SAI) is a recall tool designed to elicit comprehensive initial statements from witnesses. However, the SAI requires a written statement that may have disadvantages compared to a spoken statement. This study investigated the effect of response modality on the accuracy and amount of information recalled, as well as the effect of completing the SAI on susceptibility to incorrect post-event information (PEI). Participants watched a mock crime video and 30 minutes later provided either a spoken statement using the SAI, a written statement using the SAI, or no recall. Four days later, participants were presented with a news report about the crime, including incorrect PEI. Three days later, participants completed a free recall and a recognition test regarding what they saw in the video. Regarding the initial account, both modalities were comparable in accuracy and amount of information correctly recalled, but the spoken modality required less time. One week later, participants that completed the SAI recalled more correct information, without compromising accuracy. However, the SAI has not reduced the susceptibility to incorrect PEI. The results suggest that a spoken statement using the SAI may be a viable alternative to a written statement, which may have several practical implications.

Keywords: eyewitness memory, post-event information, response modality, Self-Administered Interview

Índice

Introdução.....	9
Método.....	14
Participantes	14
Planeamento	14
Materiais	14
Vídeo	14
Entrevista Autoadministrada (EA).....	15
Informação Pós-Evento.....	15
Teste de Reconhecimento	16
Procedimento	16
Sessão 1	16
Sessão 2	17
Sessão 3	18
Codificação.....	19
Acordo Inter-Observador	19
Resultados	19
Evocação (Primeiro Momento)	20
Informação Correta	20
Precisão	20
Tempo Despendido Para Completar a EA.....	20
Evocação (Segundo Momento)	21
Informação Correta	21
Precisão	21
Informação Pós-Evento Enganosa Evocada	22
Reconhecimento.....	22
Discussão.....	23
Referências	28
Anexo.....	31

Lista de Abreviaturas e Siglas

EA	Entrevista Autoadministrada
ECM	Entrevista Cognitiva Melhorada
ICC	Coeficiente de Correlação Intraclassa
RL	Relato Livre
SAI	<i>Self-Administered Interview</i>

Índice de Tabelas

Tabela 1	<i>Itens de Informação Pós-Evento Enganosa Apresentada na Notícia.....</i>	16
Tabela 2	<i>Médias (Desvios-Padrão) da Quantidade de Informação Correta, Precisão e Tempo Despendido em Função da Modalidade da Resposta à EA.....</i>	20
Tabela 3	<i>Médias (Desvios-Padrão) da Quantidade de Informação Correta, Precisão e Quantidade de Informação Pós-Evento Enganosa Evocada em Função da Modalidade da Resposta à EA.....</i>	21

Introdução

Entrevistar as testemunhas poderá ser um momento-chave na resolução de um crime, dado que, particularmente numa fase inicial, a informação que estas poderão relatar pode ser essencial para direcionar a investigação policial (e.g., indicar o local de outro tipo de provas, identificar possíveis suspeitos). Assim, o resultado destas entrevistas poderá marcar a diferença entre o sucesso e o insucesso de uma investigação (Fisher, 2010). Contudo, a memória é falível e o relato das testemunhas nem sempre corresponde exatamente ao que aconteceu uma vez que estas podem omitir informação e cometer erros (Paulo et al., 2013, 2014). Adicionalmente, o uso de técnicas adequadas por parte da polícia assume igualmente um papel preponderante na quantidade e qualidade da informação obtida. Com o objetivo de obter o máximo de informação e de providenciar técnicas adequadas para entrevistar testemunhas, Geiselman et al. (1984) desenvolveram a Entrevista Cognitiva constituída inicialmente por quatro mnemónicas: restabelecimento do contexto, relatar tudo, mudança de ordem e mudança de perspetiva. Mais tarde, Fisher e Geiselman (1992), através da inclusão de componentes sociais e de comunicação, desenvolveram a Entrevista Cognitiva Melhorada (ECM).

Esta entrevista mostrou ser eficaz na obtenção de mais informação relevante para uma investigação policial mantendo a sua elevada precisão (Centofanti & Reece, 2006; Paulo et al., 2013). No entanto, conduzir esta técnica de entrevista exige algum tempo e recursos policiais (e.g., múltiplos entrevistadores para múltiplas testemunhas), levando a que, frequentemente, a polícia não consiga mobilizar os recursos suficientes para entrevistar todas as testemunhas disponíveis no mais curto espaço de tempo após o crime. Perante esta situação, a polícia poderá optar por selecionar algumas testemunhas-chave para entrevistar imediatamente, deixando as restantes testemunhas para um contacto posterior. Contudo, limitar o foco de uma investigação, numa fase tão precoce, a apenas um reduzido número de testemunhas aparentemente informativas pode constituir um problema uma vez que, as testemunhas selecionadas podem vir a ser incapazes de fornecer um testemunho completo e relevante (Hope et al., 2011). Dada a necessidade de obter mais informações e os limitados recursos policiais, só após dias ou mesmo semanas é que surge a oportunidade para entrevistar todas as restantes testemunhas levando a que, naturalmente, ocorra o esquecimento de alguns detalhes do crime durante esse tempo (Fisher, 2010; Gabbert et al., 2009). Adicionalmente, este tempo aumenta a probabilidade das testemunhas serem expostas e consequentemente influenciadas pela informação pós-evento enganosa (e.g., notícias, conversas com outras testemunhas), podendo comprometer a quantidade de informação recordada, assim como a sua precisão (Gabbert et al., 2003; Tuckey & Brewer, 2003).

Contudo, a literatura mostrou que uma oportunidade precoce de evocar a informação sobre um evento pode não só reduzir significativamente o esquecimento (Brock et al., 1999), como pode também fortalecer a memória episódica e facilitar mais tarde a recordação (Shaw et al., 1995). Isto é, a recuperação de um item de informação poderá aumentar o seu nível de ativação, assim como a associação com outros itens, fortalecendo o seu grau de representação e associação na memória. Mais tarde, aquando da recordação, a probabilidade desse item ser recordado será maior (Ayers & Reder, 1998). Contudo, este processo tanto ocorre para informação correta como para informação incorreta sobre o incidente. Por exemplo, Pickel (2004) constatou que se num primeiro momento é evocada informação incorreta, esta tende a ser repetida em evocações posteriores. Posto isto, a existência de uma oportunidade de evocação não é benéfica *per se*, é necessário que seja de boa qualidade, devendo ser conduzida utilizando estratégias de evocação adequadas (e.g., sem a utilização de pistas ou questões potencialmente sugestivas). Por fim, ter uma forte memória original sobre um evento aumenta a probabilidade das testemunhas notarem e rejeitarem informação discrepante daquela que possuem (Loftus, 2005). Neste sentido, dado que uma oportunidade precoce de evocação pode fortalecer o acesso à memória episódica, as testemunhas deverão ser menos suscetíveis à informação pós-evento enganosa se tiverem a oportunidade de realizar uma recordação inicial de boa qualidade antes da exposição a essa informação.

Assim, de forma a reduzir o intervalo de retenção entre a exposição ao crime e o testemunho inicial e diminuir o possível impacto da exposição a informação pós-evento enganosa, foi desenvolvida a Entrevista Autoadministrada¹ (EA; Gabbert et al., 2009). A EA é uma ferramenta de recordação autoadministrada concebida para obter informações precisas de testemunhas de forma rápida e eficiente imediatamente ou logo que possível após um incidente, contendo algumas mnemónicas da ECM, tais como o restabelecimento do contexto e a instrução para não adivinhar e relatar tudo. A mnemónica restabelecimento do contexto consiste em pedir à testemunha que recrie mentalmente o contexto físico do crime, assim como o seu estado fisiológico, cognitivo e emocional durante o mesmo (Paulo et al., 2014). A mnemónica relatar tudo consiste em pedir à testemunha que relate tudo aquilo que recorda, com o máximo de detalhe possível, mesmo que tal informação possa parecer trivial ou irrelevante à testemunha (Fisher & Geiselman, 1992). Concomitantemente, a EA é uma ferramenta genérica uma vez que é adequada para obter testemunhos de vários tipos de crimes, permitindo ainda que as testemunhas

¹ Na sua versão original é utilizado o termo *Self-Administered Interview* (SAI), contudo, para efeitos do presente estudo, será utilizada a denominação traduzida Entrevista Autoadministrada (EA).

forneçam, através das suas próprias palavras, um relato completo do incidente, sem exigir a presença de um entrevistador experiente durante este processo (Gabbert et al., 2012).

Vários estudos têm-se focado em verificar a eficácia desta entrevista e, neste âmbito, a investigação sobre a EA mostrou que a realização desta imediatamente após o evento testemunhado levou à evocação de mais detalhes corretos do que simplesmente pedir informação através de um Relato Livre (RL) (Gabbert et al., 2009; Gawrylowicz et al., 2014; Hope et al., 2014). Os estudos mostraram ainda que a realização da EA imediatamente após o evento testemunhado, comparativamente a relatar através de um RL ou simplesmente não relatar, levou à recuperação de mais informação correta num relato posterior sem comprometer a precisão mesmo quando estes relatos ocorreram uma ou duas semanas depois (Gabbert et al., 2009, 2012; Gawrylowicz et al., 2014; Hope et al., 2014; Paterson et al., 2015). Ainda que a EA não pretenda substituir uma entrevista formal posterior com entrevistador, estes resultados sugerem que uma oportunidade de evocação inicial pode ter um impacto positivo no desempenho numa tarefa de evocação subsequente, no entanto, mais importante, é a natureza dessa evocação inicial.

Adicionalmente, as pessoas que completaram a EA imediatamente após o evento testemunhado foram significativamente mais resistentes à informação pós-evento enganosa proveniente de uma notícia com informação enganosa (Estudo 1; Gabbert et al., 2012) e de questões enganosas (Estudo 2; Gabbert et al., 2012) comparativamente a pessoas que não realizaram a EA. Contudo, este efeito protetor da EA relativamente à influência da informação pós-evento enganosa parece não reunir consenso na literatura. Roos af Hjelmsäter et al. (2012) e Mackay e Paterson (2015) constataram que a EA não foi eficaz na redução da suscetibilidade à informação pós-evento enganosa introduzida através da discussão com outra testemunha ou de uma gravação áudio com a discussão entre testemunhas, respetivamente. Porém, diferenças metodológicas poderão explicar tais resultados. Roos af Hjelmsäter et al. (2012) utilizaram uma versão modificada da EA e Mackay e Paterson (2015) impuseram limite de tempo na realização da EA, o que poderá ter impactado a eficácia demonstrada pela sua versão original. Paterson et al. (2015) investigaram ainda como a variação do intervalo de retenção entre o evento testemunhado e a realização da EA afetaria a sua eficácia. Descobriram que a quantidade de informação evocada na EA foi significativamente maior quando realizada imediatamente do que 24 horas ou mais após o evento (para resultados semelhantes, ver Mackay & Paterson, 2015). Além disso, verificaram que um intervalo de retenção maior do que 24 horas na administração da EA comprometeu a sua capacidade em melhorar a precisão da informação evocada duas semanas depois num RL e reduzir a suscetibilidade à informação pós-evento enganosa.

Apesar da sua eficácia, o uso da EA não está livre de limitações. Dado que a resposta à EA ocorre na modalidade escrita, é possível que as testemunhas não dediquem o tempo e o esforço necessários para relatar toda a informação relevante com o máximo de detalhe possível interferindo assim, por esta mesma razão, com a mnemónica relatar tudo. Além disso, testemunhas com baixa literacia ou com falta de confiança na expressão escrita poderão mostrar-se relutantes na realização da EA (Hope et al., 2011). Contudo, o efeito da modalidade da resposta tem recebido pouca atenção da investigação sobre a memória de testemunhas oculares. Bekerian e Dennett (1990) mostraram que a evocação oral foi mais precisa, demorando ainda significativamente menos tempo que a evocação escrita. Também Sauerland e Sporer (2011) evidenciaram que a evocação oral produziu mais informação comparativamente à evocação escrita, sem diferenças na precisão. A informação mais crítica (central) sobre o crime e sobre os autores do crime foram ainda mais extensas e mais precisas quando as testemunhas a evocaram oralmente. Por outro lado, Lipton (1977) mostrou que ambas as modalidades foram equivalentes na quantidade e precisão da informação evocada. Mais recentemente, McPhee et al. (2014), ao contrário do que esperavam, mostraram que a evocação imediata foi equivalente nas condições escrita e oral. No entanto, a evocação oral foi preferível pelos participantes pois além de exigir menos esforço, exigiu também menos tempo, aspeto este também crucial numa investigação criminal.

Não obstante a ausência de concordância na literatura, existem várias razões para hipotetizar a vantagem da modalidade oral. Problemas no domínio da língua, ortografia e escrita poderão ser solucionados através de uma evocação oral (McPhee et al., 2014). Além disso, a natureza trabalhosa da escrita em relação à fala pode influenciar a quantidade de informações que uma testemunha está disposta a evocar e, tal como supramencionado, o sucesso das ferramentas de evocação imediata depende de uma evocação precoce, completa e precisa. Numa perspetiva cognitiva, falar exige menos tempo e esforço do que escrever, uma vez que a escrita é menos exercitada e, por isso, pode não estar tão automatizada quanto a fala. Assim, a maior exigência na memória de trabalho resultante da escrita pode ter um efeito negativo na evocação por parte de uma testemunha (Kellogg, 2007).

Outro fator a considerar, principalmente numa sociedade amplamente tecnológica, é o facto de a escrita à mão ser cada vez menos praticada devido ao uso generalizado dos computadores e da comunicação digital. Parece ser consensual na literatura que a escrita a computador é significativamente mais rápida que a escrita à mão (Bouriga & Olive, 2021; Bui et al., 2013). Contudo, tal como Bouriga e Olive (2021) sugerem, esta maior rapidez significa igualmente mais informação a ser processada na memória de trabalho num dado momento, provocando um maior esforço cognitivo, especialmente em pessoas nas quais a escrita a computador não está suficientemente treinada. Atendendo à crescente

MODALIDADE DA RESPOSTA À ENTREVISTA AUTOADMINISTRADA

utilização da comunicação digital, bem como à situação pandémica e consequente impossibilidade de recolha presencial de dados, a modalidade escrita foi operacionalizada neste estudo através do teclado de um computador.

Posto isto, o objetivo principal do presente estudo foi investigar o efeito da modalidade da resposta à EA (escrita *vs.* oral) na quantidade e precisão da informação relatada numa evocação inicial, aquando da administração da EA, bem como numa evocação final, uma semana depois. Sendo o tempo um aspeto crítico numa investigação criminal, pretendeu-se igualmente estudar as possíveis diferenças no tempo despendido pelos participantes para completar a EA em função da sua modalidade de resposta. Adicionalmente, pretendeu-se replicar o efeito da EA em Portugal na recuperação da memória de um crime, isto é, se comparativamente à ausência de evocação, a realização da EA como tarefa de evocação inicial melhora o desempenho dos participantes numa tarefa de evocação uma semana depois. Por fim, tendo em conta o impacto negativo que a exposição a informação pós-evento enganosa poderá ter na memória das testemunhas, pretendeu-se averiguar se a realização da EA protege contra a exposição a informação pós-evento enganosa.

Dadas as razões acima mencionadas para o efeito benéfico da modalidade da resposta oral (Kellogg, 2007; McPhee et al., 2014) esperava-se que (1) ao nível da oportunidade de evocação inicial, aquando da realização da EA, os participantes da modalidade oral evocassem mais informação correta em menos tempo, sem comprometer a elevada precisão, comparativamente aos da modalidade escrita. Adicionalmente, dado que o impacto positivo que uma oportunidade de evocação inicial pode ter numa evocação subsequente está relacionado com a quantidade de informação relatada na evocação inicial, esperava-se igualmente que (2) na evocação final, os participantes da modalidade oral evocassem mais informação correta mantendo uma elevada precisão. Tendo em conta os efeitos positivos da EA descritos na literatura (Gabbert et al., 2009; Hope et al., 2014), esperava-se que (3) a realização da EA como tarefa de evocação inicial, comparativamente à ausência de uma evocação inicial, melhorasse o desempenho dos participantes numa tarefa de evocação subsequente, resultando em mais informação correta evocada, sem que a sua elevada precisão fosse comprometida. Por fim, atendendo à investigação acerca do efeito protetor da EA contra a exposição a informação pós-evento enganosa (Gabbert et al., 2012), esperava-se que (4) os participantes que realizaram a EA 30 minutos após o evento, comparativamente aos participantes que não tiveram oportunidade de evocação inicial, evocassem menos informação pós-evento enganosa num RL uma semana depois e cometessem menos erros no teste de reconhecimento final.

Método

Participantes

Participaram na experiência 93 estudantes da Universidade do Minho (71 do curso de Psicologia e 22 do curso de Criminologia), sendo 80 do sexo feminino e 13 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 33 anos ($M = 20,38$, $DP = 3,19$). Os participantes foram recrutados através do e-mail institucional e do sistema de creditação pela participação em experiências, tendo sido creditados após a sua participação. O tamanho da amostra foi calculado no G*Power (Faul et al., 2009), com base num tamanho de efeito médio (d de Cohen = 0,66) reportado por Hope et al. (2014), com um poder estatístico de 0,80 e alfa = 0,05. Assim, a análise mostrou serem necessários 93 participantes, perfazendo um total de 31 participantes por condição.

Planeamento

O estudo seguiu um plano interparticipante, tendo a variável independente, designada como modalidade da resposta à EA no primeiro momento de evocação, três condições: (1) EA escrita; (2) EA oral; e (3) ausência de EA (grupo de controlo). Os participantes foram atribuídos aleatoriamente a uma das três condições.

Esta investigação foi constituída por dois momentos de evocação e um de reconhecimento. Em ambos os momentos de evocação considerou-se como variáveis dependentes a quantidade de informação correta evocada e a precisão, medidas em unidades de informação e proporção, respetivamente. No primeiro momento de evocação, aquando da realização da EA, mediu-se igualmente o tempo despendido por cada participante para completar a EA. No segundo momento de evocação, considerou-se ainda a quantidade de informação pós-evento enganosa evocada, medida em unidades de informação inconsistentes com o vídeo. Por fim, no teste de reconhecimento, a variável dependente considerada foi a precisão.

Materiais

Vídeo

Foi apresentado aos participantes um vídeo não violento retirado do filme português “Sorte Nula” (Fragata, 2004), com a duração de 3 minutos. O vídeo mostra a ocultação e o transporte de um cadáver por parte de dois homens, no qual ambos interagem física e verbalmente. Os participantes visualizaram o vídeo num computador, através de partilha de ecrã do investigador, com recurso a auscultadores.

Entrevista Autoadministrada (EA)

A EA (Gabbert et al., 2009) é uma ferramenta de recordação autoadministrada, composta por várias secções contendo informações e instruções concebidas para facilitar a recuperação e o relato de informação acerca de um evento testemunhado. A Secção A contém instruções relativas às mnemónicas da ECM, nomeadamente o restabelecimento do contexto e relatar tudo. As instruções solicitam ainda um relato o mais completo e exato possível sem tentar adivinhar informação. A Secção B foca-se em obter o máximo de detalhes possível sobre a aparência dos agressores (e.g., cabelo, estatura, vestuário). Na Secção C é pedido às testemunhas que realizem um esboço da cena do crime de forma a preservar informações espaciais relevantes (e.g., posições de pessoas e objetos). A Secção D questiona sobre a existência de outras testemunhas presentes no incidente e, quando existam, uma descrição das mesmas. A Secção E solicita descrições detalhadas de qualquer veículo que possa estar envolvido no incidente e a Secção F pede que as testemunhas relatem informações adicionais acerca do evento sobre as quais ainda não tenham sido questionadas.

O investigador traduziu e adaptou a versão original para a língua portuguesa. Atendendo à situação pandémica provocada pelo COVID-19 e consequente impossibilidade de recolha presencial de dados, o protocolo da EA foi adaptado para uma versão digital, utilizando uma plataforma de formulários online, o *JotForm* (<https://eu.jotform.com/>). O *layout* e o número de páginas mantiveram-se os mesmos da versão original da EA. Esta plataforma mediu ainda o tempo despendido por cada participante para completar a EA, desde que o participante a iniciou até à sua submissão na plataforma.

O protocolo da EA foi igual para ambas as condições da modalidade da resposta, contudo, os participantes da condição EA escrita responderam utilizando o teclado do computador pessoal, enquanto que os participantes da condição EA oral responderam oralmente, tendo sido gravado o seu relato através do computador do investigador.

Informação Pós-Evento

A informação pós-evento foi introduzida através de uma notícia de jornal² que resumia brevemente o evento testemunhado no vídeo pelos participantes. A notícia continha oito itens de informação pós-evento enganosa, isto é, inconsistentes com aquilo que os participantes visualizaram no vídeo (ver Tabela 1), bem como itens de informação pós-evento correta que são consistentes com aquilo que os participantes visualizaram.

² A notícia foi previamente testada num estudo normativo, que mostrou que os participantes expostos à informação pós-evento enganosa evocaram significativamente mais itens enganosos num relato livre posterior do que os participantes que não foram expostos.

Tabela 1*Itens de Informação Pós-Evento Enganosa Apresentada na Notícia*

Item	Vídeo	Notícia
Cadáver	Homem	Mulher
Cabelo	Castanho	Loiro
Arma	Preta	Prateada
Saco	Plástico	Pano
Bagageira do carro	Ficou aberta	Foi fechada
Transporte do cadáver	Pelos dois agressores	Por um dos agressores
Local onde combinam encontrar-se	Escola	Café
Instrumento para escavar	Pá	Enxada

Teste de Reconhecimento

De forma a avaliar o possível efeito protetor da EA contra a exposição à informação pós-evento enganosa não só ao nível da evocação, como no reconhecimento, os participantes realizaram ainda um teste de reconhecimento no formato de escolha múltipla com duas opções de resposta. Este teste foi constituído por 24 questões: oito questões sobre itens corretos visualizados apenas no vídeo (e.g., “O cadáver tinha uma camisola ____: a) Branca; b) Preta”), oito questões sobre itens corretos visualizados tanto no vídeo como na notícia (e.g., “A arma era uma ____: a) Caçadeira; b) Pistola”) e oito questões sobre os itens de informação pós-evento enganosa introduzidos através da notícia (e.g., “O cadáver tinha um saco de ____ na cabeça: a) Pano; b) Plástico”). Após cada questão, foi pedido aos participantes para avaliarem a confiança na sua resposta recorrendo a uma escala de *Likert* que variou entre 1 (*nada confiante*) e 5 (*muito confiante*).

Procedimento**Sessão 1**

O estudo foi composto por três sessões e, atendendo à situação pandémica e consequente impossibilidade de recolha presencial de dados, foi realizado através da plataforma de videoconferências *Zoom* (Versão 5.6.1). Os participantes realizaram a experiência individualmente, após inscrição e receção do *link* da videochamada pelo e-mail institucional.

MODALIDADE DA RESPOSTA À ENTREVISTA AUTOADMINISTRADA

Inicialmente, os participantes assinaram o consentimento informado. Após isso, visualizaram o vídeo, sendo solicitado que lhe prestassem o máximo de atenção, pois mais tarde teriam que recordá-lo. Todos os participantes afirmaram desconhecer o vídeo.

De seguida, foi introduzido um intervalo de retenção de 30 minutos onde os participantes realizaram três tarefas: (1) preenchimento de um questionário sociodemográfico, onde foram solicitadas informações gerais (e.g., idade, sexo, curso) de forma a caracterizar a nossa amostra; (2) realização da tarefa *Picture Source Monitoring*, que avalia a capacidade de monitorização da fonte; e (3) conversação com o investigador acerca de temas não relacionados com o estudo, de forma a estabelecer um relacionamento adequado com o mesmo. Este intervalo de retenção foi introduzido com o objetivo de refletir um contexto real no qual a polícia raramente tem a oportunidade de administrar a EA às testemunhas imediatamente após um crime. Além disso, um intervalo de retenção de 30 minutos foi igualmente utilizado em Sauerland e Sporer (2011).

Posteriormente, os participantes foram aleatoriamente atribuídos a uma das três condições da variável independente. No grupo de controlo, os participantes não tiveram qualquer oportunidade de recordação, sendo dispensados após os 30 minutos. Nas duas condições de resposta à EA, os participantes receberam o respetivo *link* do protocolo da EA, sendo informados que teriam de seguir cuidadosamente as instruções presentes no mesmo, podendo levar o tempo que necessitassem para o completar. Após isso, os participantes realizaram a EA na modalidade escrita ou oral, dependendo da condição à qual foram aleatoriamente atribuídos. Atendendo ao formato autoadministrado da EA, os participantes de ambas as modalidades desligaram a câmara durante a sua realização. Os participantes da modalidade escrita desligaram ainda o microfone, ao contrário dos participantes da modalidade oral tendo em conta o formato (oral) do seu relato. Por sua vez, o investigador manteve igualmente a câmara e o microfone desligados em ambas as modalidades. Esta sessão teve a duração de aproximadamente uma hora.

Sessão 2

A segunda sessão ocorreu quatro dias após a primeira e teve a duração de cinco minutos. Nesta sessão, todos os participantes leram a notícia acerca do vídeo que visualizaram, sendo informados que o propósito era ajudá-los a recordar do vídeo. De forma a confirmar que a notícia era realmente lida, foi solicitado que o fizessem em voz alta.

Sessão 3

A terceira sessão, com a duração de 30 minutos, ocorreu entre 70 a 74 horas após a segunda. Nesta sessão, foi solicitado aos participantes que recordassem o máximo de informação exata sobre o vídeo visualizado uma semana antes, através de um relato livre oral. Antes de iniciarem o seu relato, foi pedida a autorização para a gravação do áudio da entrevista para posterior codificação. De seguida, foram apresentadas algumas instruções fundamentais para a condução de uma entrevista, nomeadamente a utilização de algumas mnemónicas da ECM, seguindo-se o protocolo utilizado por Paulo et al. (2016):

Gostaria que me contasses tudo o que te lembras acerca do vídeo, com o máximo de detalhe possível. Diz-me tudo o que te lembras, mesmo os detalhes que te possam parecer irrelevantes ou que apenas te lembres parcialmente (...). Não te preocupes caso não te consigas lembrar de algo. É normal que isso aconteça e basta dizeres que não te lembras em vez de tentares adivinhar ou supores informação. Terás todo o tempo que precisares, podes fazer uma pausa sempre que quiseres, por isso, não te preocupes em levar muito tempo a pensar no vídeo ou a relatar a informação (...). Antes de me contares tudo o que te lembras, vou pedir-te que feches os olhos e os mantendas fechados até eu dizer que os podes abrir (...) agora vou pedir-te que penses um pouco em alguns aspetos para te ajudar a recriar o momento em que observaste o vídeo. Pensa no dia em que observaste o vídeo (...) em todas as pessoas que estavam presentes no vídeo (...) nas ações e comportamentos que faziam (...) nos objetos (...) e nos sons ou vozes que ouviste. Quando tiveres uma imagem clara de todo o cenário do crime na tua mente, sempre mantendo os olhos fechados, diz-me então tudo o que te lembras acerca do vídeo pela ordem e ritmo que quiseres. (p. 778)

Após terminarem o relato, os participantes realizaram o teste de reconhecimento, com a instrução que teriam de responder segundo o que viram no vídeo uma semana antes. De seguida, foi apresentado aos participantes o *debriefing* pós-tarefa experimental com a explicação do objetivo real da experiência, sendo ainda questionados se tinham alguma dúvida sobre a investigação. Finalmente, os participantes foram dispensados, sendo agradecida a sua colaboração e solicitado que não comentassem nenhum pormenor da experiência com os colegas, de forma a assegurar a ingenuidade de todos em relação aos objetivos e detalhes da experiência.

Codificação

As entrevistas foram codificadas por dois investigadores, utilizando uma lista de detalhes do vídeo com 323 unidades de informação categorizadas em seis categorias de informação: pessoas (e.g., “agressor”), ações (e.g., “caminharam”), objetos (e.g., “carro”), localizações (e.g., “dentro da bagageira”) e conversações ou sons (e.g., “anda lá”). Foram ainda adicionados à lista os oito itens de informação pós-evento enganosa introduzidos através da notícia. As unidades de informação relatadas pelos participantes foram classificadas como corretas (e.g., dizer que a camisola era branca quando era branca), incorretas (e.g., dizer que a camisola era azul quando era branca) ou confabulações (e.g., dizer que existia um autocarro quando não existia) e a que categoria de informação correspondiam. Cada unidade de informação foi contabilizada apenas na primeira vez que foi mencionada e respostas subjetivas (e.g., “ele era bonito”) não foram consideradas.

Acordo Inter-Observador

Para o cálculo do Coeficiente de Correlação Intraclassa (ICC) foram selecionadas aleatoriamente 15 entrevistas de cada investigador (19,35% do total) de ambos os momentos de evocação para serem codificadas pelo outro investigador, sendo selecionada a mesma quantidade de entrevistas por condição da variável independente. Foram calculados os valores do ICC para a quantidade de informação total e correta evocada em ambos os momentos de evocação, bem como para a quantidade de informação pós-evento enganosa evocada na entrevista final. Foi obtido um alto índice de acordo para todas as medidas, com ICC's que variaram entre 0,998 e 1,000.

Resultados

Todas as análises estatísticas foram realizadas através do *software* JASP (JASP Team, 2020), utilizando $p < 0,05$ como nível de significância. Os tamanhos de efeito são indicados pelo d de Cohen para os testes- t e pelo eta parcial quadrado (η^2_p) para as Análises de Variância (ANOVA). Quando encontrados efeitos significativos nas ANOVAs recorreu-se aos testes *post-hoc* de Bonferroni para comparações múltiplas. Atendendo aos objetivos do presente estudo, os dados foram analisados em três etapas: (1) primeiro momento de evocação, aquando da realização da EA oral e da EA escrita; (2) segundo momento de evocação, aquando do relato livre oral; e (3) teste de reconhecimento.

Evocação (Primeiro Momento)

Para o primeiro momento de evocação, foram realizados testes- t para amostras independentes para a quantidade de informação correta evocada, precisão e tempo despendido pelos participantes para completar a EA em função da modalidade da resposta (ver Tabela 2 para médias e desvios-padrão).

Tabela 2

Médias (Desvios-Padrão) da Quantidade de Informação Correta, Precisão e Tempo Despendido em Função da Modalidade da Resposta à EA

Condição	Informação Correta	Precisão	Tempo
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>
EA Oral	80,87 (24,15)	0,91 (0,03)	18,14 (5,82)
EA Escrita	73,26 (16,05)	0,90 (0,04)	30,49 (11,22)

Nota. EA = Entrevista Autoadministrada.

Informação Correta

A análise mostrou não existirem diferenças significativas entre a EA oral e a EA escrita relativamente à quantidade de informação correta evocada, $t(60) = 1,46$, $p = 0,149$, d de Cohen = 0,37, IC 95% [-0,13, 0,87].

Precisão

A precisão foi calculada através da razão entre o número de unidades de informação corretamente evocadas e o total de unidades de informação evocadas. Não foram encontradas diferenças significativas na precisão do relato entre a EA oral e a EA escrita, $t(60) = 1,08$, $p = 0,286$, d de Cohen = 0,27, IC 95% [-0,23, 0,77].

Tempo Despendido Para Completar a EA

O tempo despendido por cada participante para completar a EA foi medido em minutos. Os participantes da modalidade oral levaram significativamente menos tempo a completar a EA do que os participantes da modalidade escrita, $t(60) = 5,44$, $p < 0,001$, d de Cohen = 1,38, IC 95% [0,82, 1,93]. Tal como mostra a Tabela 2, os participantes da modalidade oral necessitaram, em média, de aproximadamente menos 12 minutos do que os participantes da modalidade escrita para completar a EA.

Evocação (Segundo Momento)

Para o segundo momento de evocação, foram realizadas ANOVAs unifatoriais com a modalidade da resposta à EA no primeiro momento de evocação (Oral *vs.* Escrita *vs.* Grupo de controlo) como fator interparticipante. Como variáveis dependentes foram consideradas a quantidade de informação correta, precisão e a quantidade de informação pós-evento enganosa evocada no relato livre uma semana depois (ver Tabela 3 para médias e desvios-padrão).

Tabela 3

Médias (Desvios-Padrão) da Quantidade de Informação Correta, Precisão e Quantidade de Informação Pós-Evento Enganosa Evocada em Função da Modalidade da Resposta à EA

Condição	Informação Correta	Precisão	Informação Enganosa
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>
Grupo de Controlo	50,97 (17,63)	0,87 (0,07)	0,90 (1,08)
EA Oral	70,16 (21,48)	0,90 (0,05)	0,55 (0,85)
EA Escrita	67,10 (17,69)	0,88 (0,05)	0,58 (0,72)

Nota. EA = Entrevista Autoadministrada

O número da quantidade de informação pós-evento enganosa pode variar entre 0 e 8.

Informação Correta

A análise revelou um efeito significativo da modalidade de resposta à EA no primeiro momento de evocação na quantidade de informação correta evocada no segundo momento de evocação (relato livre), $F(2, 90) = 9,11$, $p < 0,001$, $\eta^2_p = 0,17$. Os testes *post-hoc* mostraram que os participantes do grupo de controlo evocaram menos informação correta do que os participantes da EA oral, $t(60) = 3,97$, $p < 0,001$, $d \text{ de Cohen} = 0,98$, IC 95% [0,45, 1,50], e da EA escrita, $t(60) = 3,34$, $p = 0,004$, $d \text{ de Cohen} = 0,91$, IC 95% [0,39, 1,43]. Contudo, não existiram diferenças significativas entre a EA oral e a EA escrita, $t(60) = 0,63$, $p = 1,000$, $d \text{ de Cohen} = 0,16$, IC 95% [-0,34, 0,65].

Precisão

A ANOVA unifatorial revelou que o efeito da modalidade da resposta à EA na precisão do relato livre não foi significativo, $F(2, 90) = 2,33$, $p = 0,103$, $\eta^2_p = 0,05$.

Informação Pós-Evento Enganosa Evocada

A análise revelou não existir efeito significativo da modalidade da resposta à EA na quantidade de informação pós-evento enganosa posteriormente evocada, $F(2, 90) = 1,49$, $p = 0,230$, $\eta^2_p = 0,03$. Assim, ao contrário do esperado, a realização da EA como tarefa de evocação inicial parece não ter tido impacto na proteção contra a exposição a informação pós-evento enganosa. Tal como se pode observar na Tabela 3, a quantidade de informação pós-evento enganosa evocada foi muito reduzida, sendo inferior a uma unidade de informação para todos os grupos.

Reconhecimento

Tal como referido anteriormente, o teste de reconhecimento foi constituído por 24 questões: oito questões sobre itens corretos visualizados apenas no vídeo, oito questões sobre itens corretos visualizados tanto no vídeo como na notícia e oito questões sobre os itens de informação pós-evento enganosa introduzidos na segunda sessão através da notícia. Assim, de forma a explorar o efeito da aplicação prévia da EA no teste de reconhecimento final, foi realizada uma ANOVA mista 3×3 , com a modalidade da resposta à EA (Oral *vs.* Escrita *vs.* Grupo de controlo) como fator interparticipante, o tipo de questões do teste de reconhecimento (Vídeo *vs.* Vídeo e notícia *vs.* Informação enganosa) como fator intraparticipante e a precisão como variável dependente. A precisão foi operacionalizada através da razão entre o número de respostas corretas e o número total de questões. A análise revelou um efeito principal da modalidade da resposta à EA, $F(2, 90) = 6,51$, $p = 0,002$, $\eta^2_p = 0,13$. A precisão dos participantes da modalidade escrita ($M = 0,82$, $DP = 0,10$) foi significativamente superior à do grupo de controlo ($M = 0,74$, $DP = 0,09$), $t(60) = 3,30$, $p = 0,004$, $d \text{ de Cohen} = 0,34$. Também a precisão dos participantes da modalidade oral ($M = 0,81$, $DP = 0,09$) foi significativamente superior à do grupo de controlo, $t(60) = 2,91$, $p = 0,014$, $d \text{ de Cohen} = 0,30$. No entanto, não existiram diferenças significativas entre a modalidade oral e escrita, $t(60) = 0,40$, $p = 1,000$, $d \text{ de Cohen} = 0,04$. A análise revelou ainda um efeito principal do tipo de questões, $F(1,876, 168,797) = 34,42$, $p < 0,001$, $\eta^2_p = 0,28$. A precisão nas questões sobre itens corretos visualizados no vídeo e na notícia ($M = 0,87$, $DP = 0,12$) foi significativamente maior do que nas questões sobre itens corretos visualizados apenas no vídeo ($M = 0,80$, $DP = 0,14$), $t(92) = 3,06$, $p = 0,008$, $d \text{ de Cohen} = 0,32$, e do que nas questões sobre os itens de informação pós-evento enganosa ($M = 0,69$, $DP = 0,21$), $t(92) = 8,21$, $p < 0,001$, $d \text{ de Cohen} = 0,85$. A precisão nas questões sobre itens corretos visualizados apenas no vídeo foi ainda significativamente maior do que nas questões sobre os itens de informação pós-evento enganosa, $t(92) = 5,15$, $p < 0,001$, $d \text{ de Cohen} = 0,53$. Por fim, a análise mostrou não existir efeito de interação entre as duas variáveis, $F(3,751, 168,797) = 1,22$, $p =$

0,303, $\eta^2_p = 0,03$. Assim, tal como no relato livre, a realização da EA como tarefa de evocação inicial parece não ter tido impacto na proteção contra a exposição à informação pós-evento enganosa.

Discussão

O presente estudo teve como objetivo principal investigar o efeito da modalidade da resposta à EA (escrita *vs.* oral) na quantidade e precisão da informação relatada por testemunhas. Adicionalmente, pretendeu estudar se, comparativamente à ausência de evocação, a realização da EA como tarefa de evocação inicial, melhorava o desempenho das testemunhas uma semana depois, ao nível da quantidade e qualidade da informação relatada, bem como ao nível da suscetibilidade à informação pós-evento enganosa introduzida através de uma notícia. Os resultados mostraram que na evocação inicial ambas as modalidades foram equiparáveis na precisão e na quantidade de informação corretamente evocada, embora os participantes da modalidade oral tenham necessitado de menos tempo para completar a EA. Adicionalmente, a realização da EA, independentemente da sua modalidade de resposta, ainda que não tenha reduzido a suscetibilidade à informação pós-evento enganosa, proporcionou um aumento na evocação de informação correta uma semana depois, sem comprometer a elevada precisão.

Relativamente ao efeito da modalidade, esperava-se que a modalidade oral proporcionasse maior quantidade de informação correta evocada 30 minutos após o evento, aquando da realização da EA, sem que a sua elevada precisão fosse comprometida. Ao contrário do esperado, os resultados revelaram não existirem diferenças significativas entre ambas as modalidades relativamente à quantidade de informação corretamente evocada. No entanto, os participantes da modalidade oral além de terem demonstrado uma elevada precisão no relato, necessitaram, em média, de aproximadamente menos 12 minutos do que os participantes da modalidade escrita para completar a EA. Ainda que na presente investigação a modalidade escrita tenha sido operacionalizada através da resposta no teclado de um computador, estes resultados são consistentes com aqueles encontrados por McPhee et al. (2014) onde utilizaram a escrita à mão.

Contudo, importa destacar possíveis aspetos que possam explicar a ausência do esperado efeito benéfico da modalidade oral na quantidade de informação correta evocada. Será plausível considerar que as vantagens da modalidade oral possam tornar-se mais evidentes quando o evento a recordar é significativamente mais longo do que o vídeo utilizado neste estudo (com 3 minutos de duração). Um evento mais longo requer necessariamente mais informação a recordar. Assim, com mais informação a recordar, a influência da natureza trabalhosa da escrita em relação à expressão oral poderá tornar-se

mais preponderante na motivação das testemunhas, podendo levar a que estas não dediquem o tempo e o esforço necessários para escrever toda a informação relevante com o máximo de detalhe possível.

Adicionalmente, a equivalente quantidade de informação correta evocada por ambas as modalidades da EA poderá igualmente ser explicada pelas características da amostra utilizada. No presente estudo, devido à situação pandémica e consequente impossibilidade de recolha presencial de dados, a modalidade escrita foi realizada através de um teclado de computador. Tal como referido anteriormente, parece ser consensual que a escrita a computador é significativamente mais rápida que a escrita à mão (Bouriga & Olive, 2021; Bui et al., 2013). No entanto, para que a escrita a computador seja uma alternativa viável, esta deverá ter atingido um certo nível de automatização e treino (Rogers & Case-Smith, 2002). Atualmente, devido à expansão das novas tecnologias e ao crescente uso da comunicação digital, os computadores são já parte integrante da rotina de trabalho de várias profissões. Além disso, também no contexto educacional e académico, é cada vez mais comum os estudantes, especialmente universitários, utilizarem computadores como ferramentas de escrita para fazer anotações durante as aulas sendo até, segundo Bouriga e Olive (2021), mais frequente do que o método tradicional da escrita à mão. Por exemplo, Bui et al. (2013) estudaram a relação entre a recordação de informação e as diferentes estratégias para fazer anotações durante uma aula. Os resultados mostraram que estudantes universitários que utilizaram o computador para tirar apontamentos, além de terem escrito mais informação, também recordaram mais detalhes acerca da aula do que aqueles que escreveram à mão. Assim, atendendo a que a amostra do presente estudo foi constituída por estudantes universitários, tipicamente proficientes na escrita a computador, é possível que isso possa ter minorado as expectáveis vantagens da modalidade oral face à escrita, resultando na ausência de diferenças entre ambas as modalidades relativamente à quantidade de informação correta evocada. Previsivelmente, tais diferenças entre as duas modalidades poderão surgir quando testadas em amostras mais representativas da população geral, onde a escrita a computador não está tão automatizada como nos estudantes universitários.

Os resultados da presente investigação são ainda consistentes com estudos prévios (Gabbert et al., 2009, 2012; Roos af Hjelmsäter et al., 2012) ao demonstrarem o efeito benéfico da realização de uma evocação inicial utilizando a EA na quantidade e precisão da informação evocada numa entrevista posterior. Tal como esperado, os participantes que realizaram a EA 30 minutos após a exposição ao vídeo evocaram mais informação correta sem que a sua precisão fosse comprometida uma semana depois, comparativamente àqueles que não tiveram uma oportunidade de evocação inicial. A eficácia da EA parece sustentar-se no facto de que uma oportunidade precoce de evocar informação sobre um crime

fortalece a memória episódica, facilitando mais tarde a recordação (Shaw et al., 1995) e reduzindo significativamente o esquecimento (Brock et al., 1999). Adicionalmente, os resultados mostraram que o aumento na evocação de informação correta na entrevista final resultante da realização prévia da EA, não provocou um comprometimento da elevada precisão do relato. Esta elevada precisão demonstrada pelos participantes que realizaram a EA poderá dever-se não só ao facto de terem sido apresentadas instruções fundamentais para a condução de uma entrevista no RL final (e.g., restabelecimento do contexto e relatar tudo), mas também pelo protocolo da EA conter instruções adequadas (e.g., instrução para não adivinhar) e utilizar um questionamento adequado (e.g., questões abertas e não sugestivas), aspetos tipicamente associados a relatos altamente precisos (Fisher, 2010).

Por fim, e no que concerne ao efeito da modalidade, ao contrário do esperado, a modalidade oral não proporcionou um aumento de informação correta na evocação final comparativamente à modalidade escrita. No entanto, tal como referido anteriormente, o impacto positivo que uma oportunidade de evocação inicial pode ter numa evocação subsequente está relacionado com a quantidade de informação relatada na evocação inicial (Hope et al., 2014). Assim, uma vez que na evocação inicial não existiram diferenças significativas entre ambas as modalidades, torna-se expectável que tais diferenças não tenham igualmente surgido na evocação final.

Neste estudo averiguou-se também se a realização da EA protege contra a exposição a informação pós-evento enganosa. Os nossos resultados divergiram daqueles encontrados em estudos anteriores que mostraram que a realização da EA diminuiu a suscetibilidade à informação pós-evento enganosa (Gabbert et al., 2012; Gittins et al., 2015). De facto, tal como em Roos af Hjelmsäter et al. (2012) e Mackay e Paterson (2015), no presente estudo, os participantes que realizaram a EA, independentemente da modalidade da resposta, foram igualmente suscetíveis à informação pós-evento enganosa como aqueles que não realizaram a EA, suportando os dados obtidos nos estudos acima referidos. Não obstante, este resultado deverá ser interpretado com a devida cautela uma vez que diferenças metodológicas poderão explicar tais resultados discrepantes. Em todos os estudos que investigaram o efeito protetor da EA, a informação pós-evento enganosa foi introduzida imediatamente ou pouco tempo (i.e., minutos) antes da entrevista final. No entanto, na presente investigação foi introduzido um intervalo de retenção de aproximadamente 72 horas entre a exposição à informação pós-evento enganosa e a entrevista final, constituída por um momento de evocação e reconhecimento. A introdução deste intervalo de retenção deveu-se a duas razões. Primeiro, permitiu-nos aumentar a validade ecológica uma vez que, em contexto real, parece pouco provável que uma testemunha seja exposta ao tipo de informação pós-evento enganosa utilizado neste estudo (i.e., notícia) no momento em

que irá ser entrevistada formalmente. Segundo, permitiu que ocorresse o processo de reconsolidação da memória episódica. Num estudo de Capelo et al. (2019) sobre a reconsolidação da memória episódica, utilizaram um intervalo entre sessões de 48 horas. Assim, um intervalo superior garantia o processo de reconsolidação. Contudo, este intervalo de retenção de 72 horas poderá ter levado ao esquecimento da informação pós-evento enganosa, impossibilitando o surgimento de diferenças entre os três grupos tanto na evocação como no teste de reconhecimento, resultando assim na ausência do efeito protetor da EA. Ao nível da evocação, as médias da quantidade de informação pós-evento enganosa evocada no relato livre foram consideravelmente reduzidas para todos os grupos, mesmo naquele onde os participantes não realizaram a EA ($M = 0,90$). Da mesma forma, no teste de reconhecimento, os resultados mostraram não existirem diferenças significativas entre as três condições (EA oral *vs.* EA escrita *vs.* Grupo de controlo) nas oito questões sobre os itens de informação pós-evento enganosa introduzidos através da notícia. Independentemente da condição, a precisão nestas oito questões foi relativamente alta ($M = 0,69$), traduzindo-se num reduzido número de respostas erradas nas três condições. Assim, o já reduzido número de respostas erradas poderá ter impossibilitado o surgimento do efeito protetor da EA. De facto, também num estudo de Wang et al. (2014), os resultados mostraram igualmente a ausência de diferenças na suscetibilidade à informação pós-evento enganosa entre os participantes que realizaram uma evocação inicial e os participantes que não realizaram. Segundo os autores, este resultado ter-se-á devido ao intervalo de retenção de uma semana que poderá ter levado ao esquecimento da informação pós-evento enganosa, originando a existência de um efeito de chão visível nos reduzidos valores das médias. Posto isto, além de outros fatores que poderão influenciar o efeito protetor da EA, como o tipo de informação pós-evento enganosa (Mackay & Paterson, 2015) e o intervalo de retenção entre o evento testemunhado e a administração da EA (Paterson et al., 2015), também o intervalo de retenção entre a exposição à informação pós-evento enganosa e a entrevista final parece exercer influência. Assim, será pertinente que estudos futuros investiguem de que forma a variação deste intervalo pode influenciar o efeito protetor da EA.

Por fim, as características da amostra utilizada poderão ser um fator explicativo adicional para a ausência do efeito protetor da EA tanto na evocação como no teste de reconhecimento. Os participantes do presente estudo foram estudantes do curso de Psicologia e do curso de Criminologia. Dada a natureza de cada um dos cursos e respetivas unidades curriculares lecionadas (e.g., Psicologia da Memória e do Testemunho), é possível que os participantes tenham adquirido conhecimentos sobre informação pós-evento enganosa e identificado a presença da mesma na notícia, resultando numa menor suscetibilidade *per se*.

Dada a natureza aplicada deste estudo, é importante reconhecer potenciais limitações metodológicas à presente investigação. Além dos aspetos supramencionados (i.e., amostra utilizada e o intervalo de retenção entre a exposição à informação pós-evento enganosa e a entrevista final) que são importantes considerar na interpretação dos resultados obtidos, a utilização de um vídeo de um crime simulado poderá não representar adequadamente a experiência de testemunhar um crime real. Fatores como o *stress*, naturalmente associados a um crime real, poderão influenciar negativamente a memória de uma testemunha (Gittins et al., 2015). Por fim, também o facto de ter sido utilizado apenas um procedimento digital poderá constituir-se como uma limitação, pelo que, será igualmente pertinente replicar a presente investigação utilizando a versão *standard* da EA.

Em suma, e não obstante as limitações mencionadas, este estudo foi, até ao nosso conhecimento, o primeiro a utilizar uma versão digital da EA e a demonstrar a sua igual eficácia como ferramenta investigativa que permite não só uma recordação inicial detalhada e precisa, como melhora o relato numa entrevista posterior. Numa sociedade predominantemente digital, onde as novas tecnologias são cada vez mais parte integrante da nossa rotina, torna-se essencial desenvolver procedimentos confiáveis que permitam acompanhar estas sucessivas mudanças. Assim, uma versão digital da EA que permita uma recolha de testemunhos igualmente eficaz poderá ser uma ferramenta bastante promissora especialmente numa situação pandémica como a que vivemos. Adicionalmente, a presente investigação revelou uma vantagem da modalidade oral, ao proporcionar a evocação da mesma quantidade de informação correta em menos tempo comparativamente à modalidade escrita. Estes dados poderão ser particularmente importantes quando as testemunhas evidenciam problemas no domínio da língua, ortografia e escrita, assim como em contextos onde é necessário entrevistar muitas testemunhas no mais curto espaço de tempo. Em última análise, a decisão de requerer uma evocação inicial oral ou escrita dependerá de fatores como a natureza do crime, idade, literacia ou ainda, da preferência pessoal da testemunha, pelo que, o presente estudo providencia opções aos profissionais e investigadores de forma a potenciar um papel ativo das testemunhas bem como uma recolha de testemunhos cada vez mais inclusiva.

Referências

- Ayers, M. S., & Reder, L. M. (1998). A theoretical review of the misinformation effect: Predictions from an activation-based memory model. *Psychonomic Bulletin and Review*, 5(1), 1–21. <https://doi.org/10.3758/BF03209454>
- Bekerian, D. A., & Dennett, J. L. (1990). Spoken and written recall of visual narratives. *Applied Cognitive Psychology*, 4(3), 175–187. <https://doi.org/10.1002/acp.2350040303>
- Bouriga, S., & Olive, T. (2021). Is typewriting more resources-demanding than handwriting in undergraduate students? *Reading and Writing*, 0123456789. <https://doi.org/10.1007/s11145-021-10137-6>
- Brock, P., Fisher, R. P., & Cutler, B. L. (1999). Examining the cognitive interview in a double-test paradigm. *Psychology, Crime and Law*, 5(1–2), 29–45. <https://doi.org/10.1080/10683169908414992>
- Bui, D. C., Myerson, J., & Hale, S. (2013). Note-taking with computers: Exploring alternative strategies for improved recall. *Journal of Educational Psychology*, 105(2), 299–309. <https://doi.org/10.1037/a0030367>
- Capelo, A. M., Albuquerque, P. B., & Cadavid, S. (2019). Exploring the role of context on the existing evidence for reconsolidation of episodic memory. *Memory*, 27(3), 280–294. <https://doi.org/10.1080/09658211.2018.1507040>
- Centofanti, A. T., & Reece, J. (2006). The cognitive interview and its effect on misleading postevent information. *Psychology, Crime and Law*, 12(6), 669–683. <https://doi.org/10.1080/10683160600558394>
- Faul, F., Erdfelder, E., Buchner, A., & Lang, A. G. (2009). Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. *Behavior Research Methods*, 41(4), 1149–1160. <https://doi.org/10.3758/BRM.41.4.1149>
- Fisher, R. P. (2010). Interviewing cooperative witnesses. *Legal and Criminological Psychology*, 15(1), 25–38. <https://doi.org/10.1348/135532509X441891>
- Fisher, R. P., & Geiselman, R. E. (1992). *Memory enhancing techniques for investigative interviewing: The cognitive interview*. Springfield, IL: Charles C. Thomas.
- Fragata, F. (Diretor). (2004). *Sorte Nula* [Filme]. Virtual AudioVisuais.
- Gabbert, F., Hope, L., & Fisher, R. P. (2009). Protecting eyewitness evidence: Examining the efficacy of a self-administered interview tool. *Law and Human Behavior*, 33(4), 298–307. <https://doi.org/10.1007/s10979-008-9146-8>

- Gabbert, F., Hope, L., Fisher, R. P., & Jamieson, K. (2012). Protecting Against Misleading Post-event Information with a Self-Administered Interview. *Applied Cognitive Psychology*, 26(4), 568–575. <https://doi.org/10.1002/acp.2828>
- Gabbert, F., Memon, A., & Allan, K. (2003). Memory conformity: Can eyewitnesses influence each other's memories for an event? *Applied Cognitive Psychology*, 17(5), 533–543. <https://doi.org/10.1002/acp.885>
- Gawrylowicz, J., Memon, A., & Scoboria, A. (2014). Equipping witnesses with transferable skills: The Self-Administered Interview. *Psychology, Crime and Law*, 20(4), 315–325. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2013.777961>
- Geiselman, R. E., Fisher, R. P., Firstenberg, I., Hutton, L., Sullivan, S. J., Avetissian, I. V., & Prosk, A. L. (1984). Enhancement of eyewitness memory: An empirical evaluation of the cognitive interview. *Journal of Police and Science Administration*, 12, 74–80.
- Gittins, C. B., Paterson, H. M., & Sharpe, L. (2015). How does immediate recall of a stressful event affect psychological response to it? *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 46(1), 19–26. <https://doi.org/10.1016/j.jbtep.2014.07.006>
- Hope, L., Gabbert, F., & Fisher, R. P. (2011). From laboratory to the street: Capturing witness memory using the Self-Administered Interview. *Legal and Criminological Psychology*, 16(2), 211–226. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8333.2011.02015.x>
- Hope, L., Gabbert, F., Fisher, R. P., & Jamieson, K. (2014). Protecting and enhancing eyewitness memory: The impact of an initial recall attempt on performance in an investigative interview. *Applied Cognitive Psychology*, 28(3), 304–313. <https://doi.org/10.1002/acp.2984>
- JASP Team. (2020). JASP (Versão 0.14.1.0) [Computer Software]. <https://jasp-stats.org>
- Kellogg, R. T. (2007). Are written and spoken recall of text equivalent? *American Journal of Psychology*, 120(3), 415–428. <https://doi.org/10.2307/20445412>
- Lipton, J. (1977). On the Unreliability of Eyewitness Testimony. *Journal of Applied Psychology*, 62(1), 90–95.
- Loftus, E. F. (2005). Planting misinformation in the human mind: A 30-year investigation of the malleability of memory. *Learning and Memory*, 12(4), 361–366. <https://doi.org/10.1101/lm.94705>
- Mackay, T. L., & Paterson, H. M. (2015). How does timing of recall affect eyewitness memory and psychological distress? *Journal of Police and Criminal Psychology*, 30(4), 242–253. <https://doi.org/10.1007/s11896-014-9156-z>
- McPhee, I., Paterson, H. M., & Kemp, R. I. (2014). The Power of the Spoken Word: Can Spoken-Recall

- Enhance Eyewitness Evidence? *Psychiatry, Psychology and Law*, 21(4), 551–566.
<https://doi.org/10.1080/13218719.2013.848001>
- Paterson, H. M., Eijkemans, H., & Kemp, R. I. (2015). Investigating the Impact of Delayed Administration on the Efficacy of the Self-Administered Interview. *Psychiatry, Psychology and Law*, 22(2), 307–317. <https://doi.org/10.1080/13218719.2014.947670>
- Paulo, R., Albuquerque, P. B., & Bull, R. (2013). The Enhanced Cognitive Interview: Towards a Better Use and Understanding of This Procedure. *International Journal of Police Science & Management*, 15(3), 190–199. <https://doi.org/10.1350/ijps.2013.15.3.311>
- Paulo, R., Albuquerque, P. B., & Bull, R. (2014). A Entrevista Cognitiva Melhorada: Pressupostos teóricos, investigação e aplicação. *Psicologia*, 28(2), 21–30. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v28i2.639>
- Paulo, R. M., Albuquerque, P. B., & Bull, R. (2016). Improving the Enhanced Cognitive Interview With a New Interview Strategy: Category Clustering Recall. *Applied Cognitive Psychology*, 30(5), 775–784. <https://doi.org/10.1002/acp.3253>
- Pickel, K. L. (2004). When a lie becomes the truth: The effects of self-generated misinformation on eyewitness memory. *Memory*, 12(1), 14–26. <https://doi.org/10.1080/09658210244000072>
- Rogers, J., & Case-Smith, J. (2002). Relationships between handwriting and keyboarding performance of sixth-grade students. *American Journal of Occupational Therapy*, 56(1), 34–39. <https://doi.org/10.5014/ajot.56.1.34>
- Roos af Hjelmsäter, E., Strömwall, L. A., & Granhag, P. A. (2012). The Self-Administered Interview: A means of improving children's eyewitness performance? *Psychology, Crime and Law*, 18(10), 897–911. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2011.582844>
- Sauerland, M., & Sporer, S. L. (2011). Written vs. Spoken Eyewitness Accounts: Does Modality of Testing Matter? *Behavioral Sciences and the Law*. <https://doi.org/10.1002/bsl.1013>
- Shaw, J. S., Bjork, R. A., & Handal, A. (1995). Retrieval-induced forgetting in an eyewitness-memory paradigm. *Psychonomic Bulletin & Review*, 2(2), 249–253. <https://doi.org/10.3758/BF03210965>
- Tuckey, M. R., & Brewer, N. (2003). The Influence of Schemas, Stimulus Ambiguity, and Interview Schedule on Eyewitness Memory Over Time. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 9(2), 101–118. <https://doi.org/10.1037/1076-898X.9.2.101>
- Wang, E., Paterson, H., & Kemp, R. (2014). The effects of immediate recall on eyewitness accuracy and susceptibility to misinformation. *Psychology, Crime and Law*, 20(7), 619–634. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2013.854788>

Anexo

Parecer da Comissão de Ética



Universidade do Minho
Conselho de Ética

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: CEICSH 093/2020

Relatores: Marlene Alexandra Veloso Matos

Título do projeto: *O uso de estratégias de agrupamento e da digitalização na melhoria da memória de testemunhas*

Equipa de Investigação: Pedro B. Albuquerque (IR), Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Rui Paulo (IR), Bath Spa University; Delfina Fernandes, Bolseira de investigação na Bath Spa University e Universidade do Minho; João Gomes, Estudante do Mestrado Integrado em Psicologia da Universidade do Minho

(Durante a vigência deste projeto poderão ainda vir a colaborar estudantes de Mestrado ou Doutoramento)

PARECER

A Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado *O uso de estratégias de agrupamento e da digitalização na melhoria da memória de testemunhas*.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) nada tem a opor à realização do projeto, emitindo o seu parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros.

Braga, 30 de setembro de 2020.

O Presidente da CEICSH

(Acílio Estanqueiro Rocha)